

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI - Nº 1.015 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 2000



Em discussão no plenário desde a semana passada, a proposta inclui limites propostos de acordo com a população de cada município

Limite para gastos municipais vai a votação no Senado

Plenário aprecia emenda que fixa teto para despesas das câmaras de vereadores

O plenário do Senado Federal deve votar, em primeiro turno, na quarta-feira a proposta de emenda constitucional que limita os gastos dos legislativos municipais. O texto original, de autoria do ex-senador Esperidião Amin, foi aprovado pelos senadores e alterado na Câmara dos Deputados.

A proposta estabelece percentuais de comprometimento do orçamento municipal com as câmaras de vereadores, de acordo com a população de cada cidade.

Na discussão da matéria, semana passada, os senadores José Eduardo Dutra, Paulo Hartung e Eduardo Suplicy defenderam a aprovação da emenda.

PÁGINA 3

Senadores pedem ação do BNDES nas regiões pobres

Diversos senadores defenderam em plenário, na sexta-feira, que o BNDES passe a destinar a maior parte dos seus recursos para projetos de desenvolvimento nas regiões mais pobres do país, o que não ocorre hoje (menos de um quarto do orçamento foi destinado ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste). O senador Mozarildo Cavalcanti iniciou o debate, afirmando que o banco deve ser "urgentemente colocado a serviço de um



Mozarildo Cavalcanti

desenvolvimento mais equilibrado". Em seguida, fizeram apartes os senadores Tião Viana, Carlos Patrocínio, Heloísa Helena e Jefferson Péres, sempre com a mesma preocupação. Entre as propostas, a formação de uma comissão supra-partidária para lutar por uma divisão mais equilibrada dos financiamentos do BNDES e a fixação de percentuais obrigatórios para as regiões Norte e Nordeste.

PÁGINA 8

Começa a ser votada proposta de Orçamento para 2000

Os números para 2000

R\$ 229,21 bilhões
este é o valor das receitas

R\$ 200,75 bilhões
é o total das despesas

6 mil
foram as emendas
apresentadas pelos
parlamentares

0,03%
é o que as emendas dos
parlamentares representam nas
dotações inicialmente
previstas

A partir das 15 horas de amanhã, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização realizará a sua primeira reunião ordinária no atual período de convocação extraordinária do Congresso Nacional. Até a quarta-feira, devem ser discutidos e votados os relatórios setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2000.

PÁGINA 2

CRE

Reunião amanhã discute convenção sobre reféns

A ratificação do texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns é um dos cinco itens da pauta da Comissão de Relações Exteriores (CRE) em sua reunião marcada para amanhã, às 17h30. O relator é o senador Carlos Wilson, que elaborou parecer favorável à aprovação da matéria.

PÁGINA 3

Reunião da CRE analisará também Protocolo de Assistência Jurídica com a Argentina



BINGOS

A comissão mista criada para analisar a medida provisória que instituiu uma taxa de autorização para funcionamento de bingos se reunirá na próxima quinta-feira, às 10 horas.



PÁGINA 3

CAE poderá convocar Malan para falar sobre dívida de PE

Ney Suassuna sugere que presidente do BC e secretário do Tesouro também sejam ouvidos sobre renegociação da dívida daquele estado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne amanhã, às 10 horas, com congressistas estrangeiros. Em seguida, examina uma pauta com cinco itens. Entre eles, requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) convocando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, e o secretário do Tesouro, Fábio Barbosa.

Presidente da CAE, Suassuna deseja que eles esclareçam os critérios utilizados na renegociação da dívida mobiliária de Pernambuco, que permi-

tiu uma solução para os títulos emitidos pelo estado para o pagamento de precatórios. Em seguida, a CAE examina pedido de autorização para o Brasil contrair empréstimo de US\$ 5,05 milhões junto ao Bird, destinado ao financiamento do projeto de assistência técnica para a reforma da Previdência Social. Relator da matéria, o senador Bello Parga (PFL-MA) tem parecer favorável.

Ele é favorável também a empréstimo de US\$ 15 milhões que o Brasil deseja obter do Bird para financiar parcialmente o segundo projeto relativo ao

Programa Nacional de Meio Ambiente. A CAE decide ainda sobre empréstimo de US\$ 43,4 milhões que a Eletrobrás quer contrair junto ao Bird para financiar o projeto de Conservação de Energia (Procel), o qual tem parecer favorável do relator Paulo Souto (PFL-BA). Outra operação que aguarda deliberação é um crédito de US\$ 11 milhões que o Brasil deseja obter do BID para financiar o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal. O parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) também é favorável.

Comissão de Orçamento se reúne pela primeira vez na convocação

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) está convocando seus integrantes para a primeira reunião ordinária desse período da convocação do Legislativo, a realizar-se amanhã, às 15 horas, no Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, na Câmara dos Deputados.

A Comissão de Orçamento se reu-



Mestrinho é o presidente da comissão

nirá também quarta e quinta-feira, às 10 horas, devendo discutir e votar os relatórios setoriais do Orçamento

para 2000, organizados nas seguintes áreas temáticas: Poderes do Estado e Representação; Justiça e Defesa; Fazenda e Desenvolvimento; Agricultura e Política Fundiária; Infra-Estrutura; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Saúde; Previdência e Assistência Social; Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo; e Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Juvêncio apresenta projeto de lei para regularizar imóveis em áreas de fronteira

Os detentores de título de alienação ou concessão de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira de até 150 km terão prazo de três anos, contado de 1º de janeiro de 99, para requerer a ratificação da titulação junto ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) se for aprovado projeto do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS).

O projeto também suprime da Lei nº 9.871 a proibição de ratificação de títulos a quem já tenha outra propriedade rural. Ele considera que esse procedimento é "discriminatório e ilegal". O senador destaca, na justificativa, que a proposta visa "viabilizar,

pelo aumento do prazo, a entrega de documentos pelos proprietários e seu exame por parte do Incra". Pela legislação em vigor, o prazo para requerimento é de dois anos, contado de 1º de janeiro de 1999.

Segundo o senador, o governo pretende questionar propriedades em toda a faixa de fronteira numa

área de 150 km de largura e comprimento de 14 mil km, que corresponde a 2,1 milhões de km², equivalendo à soma do território ocupado pela Bélgica, França, Itália, Holanda, Portu-



Juvêncio propõe três anos de prazo para a regularização

gal, Suécia e Suíça.

Além de mérito e eficácia duvidosa, a intenção do governo esbarra, segundo Juvêncio, na questão temporal.

— Uma simples consulta à legislação que trata das condições para ratificação dos títulos referentes às propriedades contidas na faixa de fronteira originárias de concessão ou alienação dos estados pode denotar a dificuldade e o tamanho do empreendimento que se pretende — afirma o senador Juvêncio da Fonseca.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 15A/98, que altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição federal (gastos com legislativos municipais).

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 15A/98, que altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição federal (gastos com legislativos municipais).

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 15A/98, que altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição federal (gastos com legislativos municipais).

Quinta-feira
10h — Agenda em aberto

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Primeira parte: encontro com congressistas norte-americanos contando com a presença do senador Bob Graham (Partido Democrata — Flórida), Bill Graham (Partido Liberal canadense e presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento canadense), Peter Hakim, presidente do Diálogo Interamericano e do enviado especial da Casa Branca para as Américas, Kenneth Mackay.

Segunda parte: *Requerimento nº 02/2000, de autoria do senador Ney Suassuna, convocando o ministro da Fazenda, Pedro Malan; o presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, e o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, para prestarem esclarecimento sobre os critérios utilizados na renegociação da dívida mobiliária de Pernambuco, decorrente da emissão de Letras Financeiras do Estado, destinada a pagamentos de precatórios judiciais; *Mensagem nº 003/2000, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 5,05 milhões de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird, destinada a financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica para Reforma da Previdência Social; *Mensagem nº 228/99, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 43,4 milhões, entre a Centrais Elétricas S.A. ELETROBRAS e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — Bird, destinada ao financiamento do Projeto de Conservação de Energia — PROCEL; *Mensagem nº 04/2000, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 11 milhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal, cuja execução compete à Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente; e *Mensagem nº 05/2000, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 15 milhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do segundo projeto relativo ao Programa Nacional do Meio ambiente (PNMA II). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais do Orçamento para 2000 (PL nº 20/99 - CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *Requerimento nº 376/99, requer o voto de apoio do Senado ao governo brasileiro e ao Mercosul, pelo firme posicionamento assumido em defesa da redução das barreiras comerciais impostas pela União Européia aos produtos da região, especialmente os agrícolas, condição esta indispensável a uma maior aproximação entre os dois blocos; *PDL nº 5/99, que aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns; *PDL nº 15/99, que aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais; *PDL nº 225/99, que aprova o texto do acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios; e *PDL nº 123/99, que aprova Acordo sobre Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para fins específicos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Quinta-feira
10h — Comissão Mista para analisar a *MP nº 2.011-3, altera dispositivos da Lei nº 9.615/98, que institui a Taxa de Autorização do Bingo. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Marcos Magalhães
Editores: Djalba Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Suplicy e Erundina debatem pobreza na TV



O Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considera que o problema da pobreza é de origem estrutural e principalmente política. Suas bases, conforme o senador, são a má distribuição de renda e o desemprego. "Se houvesse uma maior distribuição de renda, nós teríamos melhores condições de retomar o crescimento econômico", argumenta. Suplicy participa, junto com a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), do programa *Cidadania*, que a TV Senado exibe hoje, às 6h30, 13h30 e 21h30.

Erundina demonstrou preocupação com o descompasso, avaliando por ela, entre o que propõe o Congresso e o Governo. Enquanto o Legislativo coloca o problema em pauta e busca soluções para os altos índices de pobreza, o Governo faz cortes no Orçamento inviabilizando ações de combate à miséria, denuncia.

Tião Viana fala sobre exames gratuitos em gestantes



O senador Tião Viana (PT-AC) é o convidado do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 7h, 12h30 e 20h30. O senador fala sobre projeto de sua autoria que obriga a realização de exames gratuitos, pelas gestantes, para detectar doenças de contaminação vertical (que passam de pai para filhos), como Aids, toxoplasmose, rubéola e hepatite C.

Tião Viana lembra que o exame obrigatório de Aids para mulheres grávidas, até o terceiro mês, junto com o tratamento a partir do quarto mês de gestação e o uso de medicação intensiva no parto, pode eliminar a contaminação dos recém-nascidos.

O senador lembra que a Aids é a segunda doença que mais mata no país. Ele ressalta a mudança no perfil dos infectados, alertando que não existe mais grupo de risco, mas comportamento de risco, resultante da falta de cuidados nas relações sexuais.

Plenário aprecia limite de gastos com vereadores

Senadores analisam alterações feitas por deputados à emenda constitucional apresentada pelo ex-senador Esperidião Amin

A proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores será votada em primeiro turno na quarta-feira, devendo ser submetida ainda a um segundo turno de votação. Seu objetivo é fixar, de acordo com a população das cidades, os percentuais do orçamento municipal que podem ser gastos com o Poder Legislativo.

O texto original, de autoria do então senador Esperidião Amin, foi votado no Senado, alterado na Câmara e agora aguarda nova deliberação dos senadores. Entre as alterações feitas pelos deputados está a fixa-



Esperidião Amin elaborou proposta que ganhou nova versão na Câmara

ção de limites para a remuneração dos vereadores. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou parecer favorável, afirmando que o texto conserva a substância do que foi votado anteriormente no Senado.

Na discussão da proposta, na semana passada, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Paulo Hartung (PPS-ES) argumentaram sobre a importância de a matéria ser aprovada, mesmo depois de alterada pela Câmara.

Eles disseram que, se o Senado revolver restaurar o texto original, a votação da matéria será mais uma vez prorrogada, com prejuízos para a sociedade.

CRE examina Convenção Sobre Tomada de Reféns

Sob a presidência do senador José Sarney (PMDB-AP), a Comissão de Relações Exteriores reúne-se amanhã, às 17h30, para examinar uma pauta de cinco itens, entre eles o texto da Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova York em 1979. O relator é o senador Carlos Wilson (PPS-PE), que tem parecer favorável.

Na mesma reunião, a CRE delibera sobre requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), pedindo o apoio do

Senado ao governo brasileiro e ao Mercosul pelo posicionamento assumido em defesa da redução das barreiras comerciais impostas pela União Européia aos produtos da região, especialmente os agrícolas. O relator do requerimento é o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Também aguardam deliberação o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinado pelo Brasil e pela Argentina; a implementação das Disposições da Convenção das Nações



O senador José Sarney presidirá a reunião da comissão, que terá uma pauta de cinco itens

Unidas sobre o Direito do Mar; e um Acordo sobre Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos.

Comissão discute medida provisória que cria taxa de autorização para bingos

A Comissão Mista formada no Legislativo para examinar a medida provisória que institui uma taxa de autorização para o funcionamento de bingos se reúne na quinta-feira, às 10h, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho. A MP dispõe que essa taxa incidirá sobre a emissão de certificado de autorização para a exploração de jogo de bingo. Será de R\$ 6 mil no caso de bingo permanente e de R\$ 4 mil no caso de bingo eventual.

A MP foi apresentada pelo Exe-

cutivo em razão da extinção do prazo da Medida Provisória 2002-2/99, e como forma de observar o princípio da anterioridade em matéria tributária, dando prazo ao Congresso para seu exame e conversão em lei.

Com essa MP, o governo também modifica a lei que prevê apenas limite mínimo para a duração do contrato de trabalho por prazo determinado dos atletas profissionais. Na exposição de motivos, os ministros Francisco Dornelles (Trabalho e

Emprego) e Rafael Greca (Esporte e Turismo) argumentam que o dispositivo é incompatível com a natureza dos contratos dos atletas, pois impede a permanência desses trabalhadores em um mesmo clube por mais de dois anos. Eles dizem que a questão demanda urgentes providências para propiciar a necessária segurança a essas relações de trabalho, razão por que se deve incluir no texto a definição do período de seis anos como limite máximo de vigência desses contratos.

Luzia quer melhorar qualidade de TV no país

Ao debater a violência nos meios de comunicação de massa em geral, e na televisão brasileira em particular, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) disse que o Congresso não pode fugir da responsabilidade de tentar encontrar uma solução democrática e consensual para a melhoria da qualidade da programação das emissoras de TV do país. Ela falou sobre a polêmica da adoção de normas jurídicas que controlem, com maior rigor, a programação televisiva e radiofônica do país.

Citando a jornalista Vânia Novelli, do jornal *Tribuna do Direito*, a senadora afirmou que a grande dificuldade na adoção de medidas legais para controlar a programação das emissoras é definir as normas jurídicas capazes de melhorar a qualidade dos programas de rádio e TV sem voltar ao passado e restabelecer a censura. Luzia Toledo acrescentou que isto somente será possível a partir de uma reflexão coletiva e articulada da sociedade brasileira.

Luzia Toledo opinou que o impasse nas discussões e nas ações esbarra em uma contradição: quanto mais deprecia sua programação massificada, tanto mais a mídia eletrônica afere níveis elevados de audiência, que se traduzem em maior receita gerada pela publicidade veiculada. Segundo a senadora, isto acaba por contribuir para o adiamento de uma tomada de decisão mais firme.

– Se, de um lado, a sociedade, contundentemente, exterioriza seus medos e receios diante da banalização da violência, da pornografia e do divertimento, de outro, manifesta ambigüamente um curioso fascínio por esta mesma cultura dita popular, ou de gosto estético e moral de duvidosa qualidade – observou Luzia.

Para a senadora, é possível chegar a um meio termo entre o estabelecimento de um rigoroso controle, por meio de um código moral e a total liberação, deixando as emissoras de rádio e TV definirem suas programações de acordo com as oscilações dos índices de audiência. Luzia Toledo sugeriu que os meios de comunicação de massa sejam reconvidados para cumprir o papel que a Constituição já lhes determina, o de formadores educacional e cultural.

Projeto impõe divulgação de tarifas telefônicas

Maguito quer obrigar as empresas do setor a divulgarem em sua publicidade os preços dos serviços por elas prestados. O objetivo é municiar o consumidor com as informações necessárias para ele contratar quem preferir

Projeto de lei apresentado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO) obriga as empresas de telefonia a divulgar em sua publicidade as tarifas dos serviços por elas prestados. O objetivo da proposta é, conforme o senador, proporcionar aos consumidores todas as informações necessárias para que possam analisar a conveniência de contratar os serviços.



Maguito: preços das tarifas são "dados essenciais"

Por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço", mas não define o que seja dado essencial, permitindo a interpretação de que a divulgação do preço não é obrigatória.

— Entendemos que as tarifas dos serviços prestados pelas empresas de telefonia são dados essenciais a serem informados ao consumidor, imprescindíveis à sua decisão pela contratação dos serviços, motivo pelo qual propomos que esse entendimento seja expressamente adotado no Código de Defesa do Consumidor — ressalta o senador.

— O código, observa Maguito, estabelece que "a publicidade é enganosa

por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço", mas não define o que seja dado essencial, permitindo a interpretação de que a divulgação do preço não é obrigatória.

— Entendemos que as tarifas dos serviços prestados pelas empresas de telefonia são dados essenciais a serem informados ao consumidor, imprescindíveis à sua decisão pela contratação dos serviços, motivo pelo qual propomos que esse entendimento seja expressamente adotado no Código de Defesa do Consumidor — ressalta o senador.

Na justificativa do projeto, o sena-

— mesmo que por omissão.

PAUTA DO SENADO PARA A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Período: 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 15/98	Limita os gastos com os legislativos municipais	Jefferson Péres (PDT-AM)	Aprovada na CCJ, passará pelo terceiro dia de discussão em plenário hoje e deve ser votada, em primeiro turno, quarta-feira (dia 19)
PEC 67/99	Cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Relator apresentou substitutivo e foi concedida vista da matéria, que volta ao relator para reexame
PEC 90/99	Reformula o sistema de pagamento de precatórios	Edison Lobão (PFL-MA)	Aguarda parecer na CCJ
PEC 92/99	Dá competência ao STF para julgar juízes e integrantes de tribunais regionais federais (TRFs)	Edison Lobão (PFL-MA)	Concedida vista ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
PEC 96/99	Cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Aguarda na CCJ conclusão do parecer
PLS 614/99	Proíbe a venda de armas de fogo e munição	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE; Renan Calheiros (PMDB-AL) na CCJ	Relator na CRE apresentou substitutivo. Após a realização na quinta-feira passada, de audiência pública para discutir o assunto, a matéria volta a ser examinada pelas comissões nesta semana
PLS 687/99	Define crimes de responsabilidade dos magistrados	Jefferson Péres (PDT-AM)	Aprovada terminativamente na CCJ e encaminhada ao plenário para leitura do parecer
PLC 43/99	Disciplina a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho	Romero Jucá (PSDB-RR)	Aguarda parecer na CCJ
PLC 49/99	Dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação	Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CE; José Jorge (PFL-PE), na CCJ	Aguarda pareceres na CE e na CCJ
PLC 57/99	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aguarda parecer na CCJ
PLC 60/99	Cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Aprovado na CAE, aguarda votação em plenário. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) apresentou requerimento, que ainda será votado, solicitando que a CI também analise a matéria
PLC 63/99	Dispõe sobre o regime de Previdência Complementar	Francelino Pereira (PFL-MG), aguarda nomeação de relator na CAS	Aguarda pareceres na CAS e CCJ. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou requerimento, que ainda será votado, solicitando que a CAE também se manifeste sobre a matéria
PLC (PLP 8/99)	Dispõe sobre as relações entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com suas autarquias, fundações e outras entidades públicas e de previdência complementar	Ainda sem relator designado	Mesa do Senado Federal

OBS: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

Mauro apela à Câmara para que vote emenda que garante direito à moradia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que a melhor resposta política do Congresso para as famílias desabrigadas, atingidas pela chuva no Sudeste do país, é a aprovação da emenda constitucional que inclui o direito à moradia entre os direitos e garantias do povo brasileiro, no mesmo nível e importância já assegurado a outras questões, como saúde, educação e segurança.

Esclarecendo que a PEC, de sua autoria, está incluída na pauta da convocação extraordinária da Câmara dos Deputados, Mauro Miranda disse que aquela Casa tem o dever de aprovar a matéria, que, segundo ele, passou com celeridade pelos órgãos técnicos da Câmara, ante o reconhecimento de sua prioridade social.

— Nos últimos dias os jornais têm



Mauro: 5 milhões de famílias brasileiras não têm onde morar

insistido na tese de que não vamos passar de duas ou três matérias aprovadas nesse período extraordinário. A PEC da moradia é pacífica, não é polêmica, é importante socialmente, e por isso não vejo razão para deixar de ser incluída como matéria prioritária.

É nesse sentido que quero dirigir o meu apelo ao presidente da Câmara e meu companheiro de partido, deputado Michel Temer — afirmou.

— Temos neste país mais de 5 milhões de famílias sem ter onde morar. Incluindo as moradias inadequadas, chegamos ao nível alarmante de 12 milhões de famílias. É preciso pensar na força social desses números, numa situação extrema que pode levar à convulsão social no médio prazo. É nosso dever pensar, antes, nessa grande massa de irmãos excluídos, que devem ter o direito mínimo e fundamental de moradia — concluiu.

Amorim defende prioridade para a ligação com o Pacífico

Defendendo uma maior integração econômica entre o Brasil e os países asiáticos, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou que o comércio brasileiro com a Argentina tem volume igual ao comércio "com os bilhões de habitantes da Ásia".

Ele propôs que as autoridades federais projetem o que representaria



Para Amorim, Brasil não pode desprezar o mercado asiático

Pacífico continua um sonho, "sem nenhuma importância no planejamento do governo federal", que insiste em considerar o Mercosul como "caminho para obter resultados na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde a representação brasileira tenta em vão combater o protecionismo da Europa à agricultura".

uma presença efetiva do Brasil nos portos do Pacífico da América do Sul, "mediante as ligações rodoviárias já propostas, da Amazônia ocidental aos portos do Peru e norte do Chile".

O senador acredita que essa alternativa comercial — em vez do Mercosul — é que está à altura da importância do Brasil como quinto mercado consumidor e oitava economia do mundo, detentor de um PIB que corresponde à metade do PIB da França, do Reino Unido e da Itália, e a "duas vezes e meia maior que o PIB da Argentina, que é de US\$ 290 bilhões".

Apesar disso, apontou Amorim, a ligação rodoviária brasileira com o

Na opinião do senador, o Mercosul é uma abertura do mercado brasileiro à produção agrícola e pecuária da Argentina, Uruguai e Paraguai, que deixaram de sofrer a pressão do protecionismo europeu. "Não há o que esconder. Todos sabemos que o Mercosul é um acerto entre os produtores rurais da Argentina e a indústria de manufaturados de São Paulo. Os produtores rurais do Brasil estão fora. Foram prejudicados", denunciou.

Para os produtores rurais brasileiros, acrescentou Ernandes Amorim, ficam os altos tributos, que viabilizam os resultados fiscais que garantem o ingresso dos dólares destinados aos parceiros do Mercosul.



Segundo Patrocínio, a produção anual de cana deve cair de 305 para 225 milhões de toneladas

Patrocínio pede apoio para Bolsa do Alcool

Ao alertar as autoridades para a necessidade de mudança nas atuais condições de produção do açúcar e do álcool, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu, na última sexta-feira, apoio ao governo federal para o programa denominado Bolsa Brasileira do Alcool. Ele teme que o país venha precisar de importar o produto.

Ele lembrou que, apesar do setor sucroalcooleiro exportar anualmente US\$ 2 bilhões, a indústria da cana-de-açúcar passou a ser uma atividade deficitária. Segundo o senador, os produtores precisam de capital de giro para financiar o desenvolvimento de suas atividades, para ter condições de vender o produto a preços justos, sem sofrer pressões indevidas de atravessadores.

Como reflexo da deficiência do setor, o senador citou as previsões para a produção de cana no Brasil, onde se espera uma queda na produção das 305 milhões de toneladas ano passado para 225 milhões este ano.

— Muitos plantadores de cana, atualmente, trabalham apenas para pagar os salários dos empregados e os encargos sociais, tributos e fornecedores de insumos, enquanto uma parcela significativa dos produtores sobrevive graças aos Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC, que permite ao exportador receber antecipadamente as vendas já negociadas) — protestou Patrocínio.

Ele defende o fortalecimento da Bolsa do Alcool por entender que ela contribuiria para dar maior estabilidade ao setor, evitando os transtornos decorrentes da redução da produção, diminuição de estoques e quedas dos preços.

Lobão manifesta otimismo com a economia brasileira

Apesar das dificuldades atuais, as perspectivas são de inflação baixa, queda de juros, crescimento e estabilidade cambial, afirma senador

O senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou sexta-feira que as notícias sobre o futuro do país “são promissoras, em que pesem as dificuldades hoje enfrentadas pelos brasileiros mais carentes”. Lobão disse estar entusiasmado com as recentes previsões do Banco Central (BC) para esta década, com perspectivas de baixa da inflação, queda dos juros reais, crescimento econômico e estabilização do dólar em relação ao real.

Para que essas previsões sejam transformadas em realidade, no entender de Lobão, é preciso que haja uma



Valendo-se das previsões do governo, Lobão acredita em “futuro promissor”

reformulação no mercado de capitais. Segundo o senador, as bolsas de valores têm de cumprir o seu papel de instrumento capaz de dar liquidez às ações das empresas e oferecer espaço aos empresários para atrair investidores, além de ir ao encontro dos pequenos contribuintes.

Lobão defendeu a fusão das atividades principais das bolsas do Rio de Janeiro e de São Paulo como forma de enfrentar a economia globalizada, que, no seu entender, criou fortes concorrentes, mesmo para os papéis brasileiros, em várias partes do mundo.

— Os administradores de recursos foram autorizados a deslocar para a bolsa uma fatia adicional de até 30% dos R\$ 180 bilhões estocados nos fundos de investimentos. Um grupo de trabalho examina o assunto e procura medidas concretas que ofereçam, entre outras providências, segurança e proteção aos acionistas minoritários — afirmou, lembrando que as bolsas brasileiras tiveram excepcional desempenho em 1999, superior ao das bolsas da Europa, Ásia e Estados Unidos.

Para ele, no entanto, os empréstimos à agricultura, conforme admite o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, continuam curtos e caros para os padrões internacionais. “Este é um ponto de estrangulamento da economia que necessita ser reformado”, observou o senador.



Sugestões e encaminhamentos da CPI estão “à espera de materialização”, disse João Alberto

João Alberto cobra medidas propostas por CPI dos Bancos

É imperativo que as recomendações da CPI do Sistema Financeiro, que encerrou seus trabalhos no final de novembro passado, sejam levadas às últimas conseqüências, disse o senador João Alberto (PMDB-MA), lembrando que, no dia 13, completou-se um ano de aniversário da “banda diagonal endógena” e da operação secreta de socorro do Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam.

O senador lembrou que “a intensidade dos eventos daquele dia motivou a criação da CPI do Sistema Financeiro, fonte de numerosas mudanças de natureza política e econômica, bem como de ordem legislativa”. No entanto, lamentou, muitas sugestões e encaminhamentos ainda permanecem “à espera de materialização”.

João Alberto afirmou que “o resultado das obscuras estratégias e procedimentos” adotados há exatamente um ano pelo então presidente do Banco Central, Francisco Lopes, refletiu-se ao longo de todo o ano de 1999 e ainda surte efeitos no endividamento público. Esses acontecimentos, na opinião do senador, devem funcionar como uma espécie de convocação para que o Brasil evite semelhantes acontecimentos no futuro.

Vale a pena registrar o aniversário daqueles eventos, na opinião dele, para lembrar às autoridades dos três poderes da República que elas, “agindo com oportunidade e sem omissão”, têm o dever de concretizar as recomendações formuladas pelo Legislativo.

Amir Lando apóia proposta que altera regras para as medidas provisórias

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que o Congresso Nacional deve fazer valer sua prerrogativa de legislar, referindo-se ao fato de o Executivo ter editado um número excessivo de medidas provisórias. “Foi por nossa omissão e complacência que o Executivo, através das medidas provisórias, foi tomado por uma fúria para legiferar, que terminou nos esmagando e impedindo nossa iniciativa de propor leis”, afirmou.

Ao citar a máxima de Rui Barbosa, segundo a qual “numa democracia, só o Congresso legisla”, Lando disse que chegou a hora do confronto do Congresso com o Executivo. — Ou afirmamos nossa competência de legislar ou ficaremos agachados, sem dignidade e sem voz. O projeto que disciplina a edição de MPs, aprovado no Senado e que está tramitando na Câmara, é apenas o primeiro passo. Precisamos ir além — enfatizou.



Amir Lando afirma que a proposta é apenas o primeiro passo para a independência do Congresso

Amir Lando aplaudiu a iniciativa do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de defender a independência do Congresso e a necessidade de aprovar o projeto limitando o poder do Executivo para baixar MPs. “Acredito que o Supremo Tribunal Federal poderia ter restringido essa prática do Executivo mas, na verdade, cabe a

nós congressistas zelar por nossas prerrogativas de Poder Legislativo. Ainda há tempo”, concluiu. Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que os congressistas deveriam ter tido a coragem de excluir as MPs da Constituição. Também em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o Executivo está impondo uma negociação sobre o projeto das MPs que ninguém sabe onde vai parar. “Temo que a lei vire inócua”, disse.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) queixou-se da dificuldade que um parlamentar tem para aprovar um projeto de sua autoria. “É preciso ir atrás do relator e ‘ficar no pé’, senão o projeto não anda. Isso se deve à avalanche de MPs que não deixa tempo para que os senadores e deputados examinem e votem suas próprias propostas”, assinalou.

© “JORNAL DO SENADO”
está na Internet a partir da meia-noite
www.senado.gov.br

Ademir afirma que governo retém verbas para negociar

Senador diz que Executivo “barganha” liberação de recursos com parlamentares governistas às vésperas da votação de projetos

O governo tem adotado a prática de segurar as verbas do Orçamento, principalmente as emendas apresentadas pelos deputados e senadores, “para barganhar” sua liberação com “parlamentares governistas” às vésperas de votações de projetos de seu interesse, denunciou o senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Ao comentar notícias de que o governo prometeu aos parlamentares de sua base liberar cerca de R\$ 300 milhões do Orçamento em troca da aprovação da emenda que cria a Desvinculação de Recursos da União (DRU), ele observou que esse dinheiro, apesar de liberado de forma condenável, “não vai desaparecer” e bancará projetos de interesse local e regional.

Ele disse que gostaria de ver a imprensa se preocupar, além da liberação de verbas solicitadas por parlamentares, com os gastos elevados do governo no pagamento de juros da dívida fede-



Ademir Andrade disse que o Executivo é o maior responsável pelo “balcão de negócios”

ral. “O governo Fernando Henrique aumentou a dívida pública de R\$ 60 bilhões para R\$ 400 bilhões e gasta no pagamento de juros R\$ 6 bilhões por mês”, afirmou.

Ele lamentou que o Brasil é “o único país do mundo” onde a Constituição prevê que as verbas destinadas ao paga-

mento da dívida pública são intocáveis.

Com a manobra da retenção das verbas orçamentárias, de acordo com o senador, os parlamentares governistas acabam “entregando mil por dez”, ou seja, concordam com a emenda que desvincula mais de R\$ 20 bilhões, para livre aplicação pelo governo, em troca da liberação de R\$ 300 milhões.

Segundo o senador, a maior responsabilidade pelo que chamou de “balcão de negócios” é do Executivo, já que é a instância responsável pela elaboração e execução do Orçamento.

Ao final do discurso, Andrade mostrou-se confiante na defesa que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), tem feito da proposta de emenda constitucional limitando o poder do governo de legislar por medidas provisórias. Contudo, teme que a Câmara não aprove a proposta do modo como ela foi enviada pelo Senado.

Jefferson Péres critica “parlamentares que trocam voto por recursos liberados”

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou, na sexta-feira, os parlamentares que usam o voto favorável a projetos de interesse do governo como moeda de troca para a liberação de verbas relativas às suas emendas ao Orçamento da União. O senador leu trechos de matérias publicadas na imprensa com declara-



Jefferson defende medidas disciplinares para conter comportamento antiético

ções de congressistas assumindo esse tipo de barganha.

— É hora de o Congresso tomar medidas disciplinares contra os seus membros que confessem comportamento antiético — sugeriu o senador,

que criticou o “linguajar vulgar” usado por alguns parlamentares em tais ocasiões.

Jefferson Péres relatou casos de parlamentares que estão exigindo a liberação de suas emendas, no valor global de R\$ 300 milhões, para poder votar a proposta de emenda constitucional que cria a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

— Eu também tenho emendas individuais, mas não posso fazer esse tipo de negociação. Não se espera outro comportamento dos parlamentares — disse o senador, que lamentou a atitude dos congressistas por estarem

criticando a imprensa pelas denúncias publicadas.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) observou que o governo também tem responsabilidade nesses procedimentos. Para o senador maranhense, ou se extinguem as emendas de parlamentares ou o governo cumpre com a liberação das verbas a elas referentes.

— A indignação é de todos nós. O governo está se curvando a esse comportamento indecente — disse Lobão.

Também em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que o Congresso está em uma condição de “aparente subserviência absoluta ao Poder Executivo”. Ele lamentou que não esteja sendo respeitado o direito ao voto por uma questão de consciência e ética, com graves prejuízos para a imagem do Congresso.

Senador contesta pagamento de duas ajudas de custo

Em discurso na sexta-feira, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou o pagamento de duas ajudas de custo aos deputados e senadores pela convocação extraordinária do Congresso Nacional. Ao lembrar as queixas de parlamentares contra a imprensa, o senador disse que estes, e o próprio Congresso, dão motivo para as críticas que sofrem “quando mantêm privilégios inaceitáveis”.

Jefferson Péres disse que considera justo o recebimento de apenas um pagamento extra no início do período de convocação, já que os parlamentares estão sendo chamados a trabalhar um

período de férias, e devem ser remunerados por isso.

O senador observou que este “privilégio” não é concedido a nenhum outro profissional, servidor público ou empregado de empresa privada. Na sua opinião, se o Congresso não consegue acabar com o pagamento injustificado de diárias deveria pelo menos trabalhar para merecê-lo. Na prática, entretanto, observou, os parlamentares trabalham três dias por semana — terças, quartas e quintas-feiras — somente quando há sessões deliberativas.

Segundo Jefferson Péres, o Regimento da Câmara dos Deputados permite

que os parlamentares falem a quatro das 15 sessões deliberativas desse período, recebendo integralmente R\$ 16 mil. Caso falem a um terço ou mais, sofrem desconto de R\$ 5 mil. “Ainda assim receberão, mesmo que falem às 15 sessões, dos R\$ 16 mil, R\$ 11 mil. Como a imprensa pode aplaudir isso? Como a sociedade pode receber com indiferença um privilégio desse tamanho?”, perguntou.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) disse considerar que a convocação extraordinária reflete um modelo fisiológico de relação entre o governo e o Congresso.

Heloísa Helena aponta “balcão de negócios”

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) reagiu, na sexta-feira, em plenário, às notícias de que deputados da bancada governista teriam votado a favor da proposta de emenda constitucional que institui a Desvinculação das Receitas Orçamentárias da União (DRU) em troca de liberação de recursos previstos nas emendas parlamentares ao Orçamento de 2000.

Para ela, a transformação do Congresso em um “balcão de negócios é “escandalosa e vergonhosa”. A senadora baseou-se em

dados indicando que a liberação de recursos de emendas parlamentares em todo o ano de 1999 foi inferior aos empenhos feitos em apenas duas semanas, no início deste ano.

— Alguns deputados tiveram a ousadia, por acreditar na impunidade e no corporativismo, de expressar que só votariam se fossem liberados



Heloísa Helena disse que atitude de alguns parlamentares afronta a democracia e o Legislativo

recursos de suas emendas — afirmou Heloísa, ao compartilhar a indignação do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

No entender de Heloísa, a atitude de alguns parlamentares afronta a democracia e o Legislativo. Ela pediu medidas contra esses deputados e contra o governo federal para coibir o que chamou de tráfico de influências.

— Se de um lado do balcão o parlamentar troca votos por liberação de recursos, do outro tem um corrupto que está liberando os recursos. É muita vergonha que isso aconteça em uma convocação extraordinária, que já é um faz-de-conta que a população abomina. Quando o Congresso se apresenta como um balcão de negócios sujos, isso é muito ruim, é insustentável para

a democracia — declarou.

Ela condenou ainda a ameaça de deputados de aprovar uma nova lei de imprensa, pois seria, em seu entender, uma “legislação fascista” que serviria como “mordaça” aos jornais, para retaliar as notícias negativas publicadas recentemente sobre o Legislativo. A senadora do PT disse que o Congresso deveria reagir não contra a imprensa, mas contra os fatos relatados pelos jornais.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou os deputados que negociaram a liberação de emendas orçamentárias.

— São esses parlamentares fisiológicos que denigrem a imagem do Congresso e não a imprensa. Não posso querer que os jornais façam o que eu quero. Devíamos é aprovar o projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que garante o sagrado direito de

resposta. Parece que o Congresso perdeu sua capacidade de indignação.

Também em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) parabenizou Heloísa pelo discurso. Na sua opinião, a denúncia da senadora insinua a existência não apenas de um “balcão de negócios”, mas também de vantagens pessoais que alguns deputados podem tirar a partir da liberação dos recursos previstos nas emendas orçamentárias.

— Se olharmos a função do parlamentar, vemos que esse esquema é mantido para submetê-lo, a rédea curta, para compensar uma remuneração insuficiente. Isso está mais ou menos entrando na cultura deste Congresso de uns anos para cá. A CPI do Orçamento expôs as feridas do que estava acontecendo — analisou Lando.

Senadora repudia declarações de Walter Bräuer sobre Hitler

As declarações do ex-comandante da Aeronáutica Walter Bräuer sobre o líder nazista Adolf Hitler causaram “indignação e desolação”, segundo a senadora Heloísa Helena (PT-AL). Bräuer disse, em entrevista a uma revista, que “Hitler foi um líder, com uma personalidade um pouco distorcida”.

— Na minha ótica, esse é um comportamento abominável. Os comentários feitos, especialmente neste momento em que matéria de uma outra revista lembra a opinião pública sobre a tragédia do Holocausto, sobre a conduta racista que levou à

morte milhares de judeus — afirmou a senadora.

Para Heloísa, o Congresso tem a obrigação de repudiar as declarações de Bräuer. Ela acredita que qualquer comentário desse tipo sobre o nazismo não pode ficar sem resposta, porque poderia influenciar negativamente as pessoas mais jovens a se inspirarem em procedimentos “cruéis e covardes”.

— Devemos repudiar esses comentários para que a lembrança desses acontecimentos na história nos levem a não permitir que essas práticas nazistas voltem a acontecer — declarou.

Lobão cobra ajuda federal para desabrigados

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu a ajuda do governo federal para minorar os problemas causados pelas enchentes no estado do Maranhão, especialmente no município de Imperatriz. As chuvas, segundo o senador, estão fazendo um estrago na economia local e deixando a população ao relento.

Edison Lobão frisou que, além do aporte financeiro federal, as autoridades estaduais devem tomar precauções para combater as enchentes. No caso da cidade de Imperatriz, disse o senador, os córregos que cortam a zona urbana precisam de tratamento especial para que os transbordamentos sejam evitados.

Tião Viana alerta para o risco de urbanização da febre amarela

Após registrar que já foram confirmados dois casos no Rio de Janeiro e em São Paulo, o senador cobrou do governo ações enérgicas para evitar que doença chegue a outras cidades

“O risco de urbanização da febre amarela existe”, alertou o senador Tião Viana (PT-AC), ao cobrar do governo federal ações enérgicas para que a doença não se alastre e chegue às grandes cidades. Segundo informou, já foram confirmados casos de febre amarela no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Apesar de reconhecer os esforços do Centro Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde, que está, conforme observou, tomando medidas técnicas para o combate à doença, Tião Viana estranhou a inexistência de um

controle mais rígido, por parte das autoridades federais, em portos e aeroportos, como forma de se evitar o avanço da doença.

Depois de fazer um histórico da evolução do surto da doença no país, Tião Viana, informou que a incidência da febre amarela vem causando impactos negativos até na área de turismo. Por isso, no seu entender, é necessária a união de todos os setores do governo no combate à doença.

Na opinião do senador, o país possui todas as condições técnicas, de

Tião Viana apontou impactos negativos da febre amarela até na área de turismo



personal e científicas para controlar e erradicar a febre amarela, razão pela qual pediu a imediata intervenção federal no combate à doença. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou a situação “gravíssima” e pediu que o governo faça uma campanha de vacinação em massa contra a febre amarela.

Eduardo Siqueira Campos elogia ação de José Serra contra bócio

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) parabenizou o ministro da Saúde, José Serra, pelas ações realizadas para coibir a não adição de iodo ao sal de cozinha. Em novembro de 1999, o senador ocupou a tribuna para, baseado em informações publicadas no jornal *Correio Braziliense* e na incidência de casos de bócio no município de Paranã (TO), denunciar abusos cometidos por produtores de sal.

Mesmo elogiando a atuação do Ministério da Saúde, Eduardo Siqueira Campos alertou sobre a necessidade de uma atenção especial na assistência e na identificação das causas de bócio

onde o fenômeno persiste. A doença decorre da falta de iodo, que afeta grande parte da população brasileira, principalmente em regiões do interior.

Eduardo Siqueira Campos registrou o recebimento de um relatório do Ministério da Saúde relacionando as ações tomadas para que fossem cumpridas as normas existentes desde 1956, obrigando a adição do iodo ao sal para consumo humano. O senador informou que, do total de 80 marcas de sal analisadas, o que representa praticamente 100% das marcas conhecidas no mercado, 44 não apresentaram irregularidades.



Eduardo denunciou em novembro abusos cometidos por produtores de sal

Mozarildo critica modelo de avaliação de ensino superior

Ao fazer um balanço do Processo de Avaliação dos Cursos de Graduação, iniciada em 1996 pelo Ministério da Educação, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) criticou o modelo de avaliação, dizendo que o que se faz, atualmente, é um retrato de um pedaço da universidade em um determinado momento. Para ele, é preciso uma avaliação contínua, que leve em conta o conjunto da universidade, seu histórico, sua vocação e as diversidades regionais.

O senador explicou que a avaliação é feita por intermédio de dois instrumentos: o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, e a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação. O Provão avalia um curso por meio do desempenho dos alunos que estão se formando, enquanto a Avaliação das Condições de Oferta é feita por comissões de especialistas que visitam

os cursos para verificar a qualidade do corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instalações.

Os cursos avaliados por três vezes consecutivas com notas “D” ou “E” no Provão ou “insuficiente” na Avaliação das Condições de Oferta são submetidos a um processo de renovação de conhecimento. Uma nova avaliação é feita no local por especialistas, e um relatório é elaborado para o Conselho Nacional de Educação, que decide se o curso poderá ou não continuar a funcionar.

Mozarildo frisou que o Provão não é ruim, mas criticou a avaliação de massa aplicada a instituições muito diferenciadas. Em diversas regiões, disse o senador, os cursos podem enfatizar especificidades de currículo que devem ser levadas em conta na avaliação de uma instituição.

Luzia Toledo pede criação de uma política nacional de correção de solos

Alarmada com as precárias condições alimentares da população brasileira, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) alertou para a baixa qualidade do solo no Brasil, que vem gerando grave carência nutricional na população. “Pesquisadores reunidos, no final de agosto último, no 3º Encontro Brasileiro de Transtornos Alimentares e Obesidade, alertam para o crescimento de casos de distúrbio alimentar entre os brasileiros. Isso não pode ser novidade, mas aponta para outro problema mais grave, qual seja, a baixa qualidade nutritiva dos solos e subsolos de nosso país.”

Segundo a senadora, pesquisas têm comprovado que os solos do Brasil sofrem de deficiência na composição mineral e sugeriu a adoção de uma política nacional de correção do solo, a exem-



Luzia afirmou que deficiência nutricional atinge toda a população

plô do que vem sendo feito nos Estados Unidos desde 1934, embora já tivessem consciência do problema 15 anos antes de implementar um projeto de reposição mineral do solo. “Não devemos esquecer que a demora de 15 anos na execução do projeto nos EUA pode ser reduzida para apenas um ano no caso do

Brasil, em virtude da alta tecnologia mundial disponível”, observou.

Luzia explicou que a deficiência nutricional atinge a todos, independente de classe social. “A dieta do povo brasileiro seria, portanto, considerada insatisfatória, incapaz de repor os nutrientes minerais essenciais aos níveis mínimos necessários para a manutenção de uma vida saudável e produtiva. As consequências desse quadro se agravam se associarmos isso ao não aten-

dimento das necessidades alimentares básicas da população infantil, gestantes e idosos”, afirmou a senadora.

De acordo com as pesquisas relatadas pela senadora, o solo tropical carece de elementos nutrientes básicos, como selênio, zinco, cálcio, ferro e magnésio, minerais indispensáveis à boa formação física e mental. A senadora explicou que o brasileiro acredita na ilusão de que a beleza, a fertilidade e a variedade vegetal dos trópicos são sinônimos de qualidade nutricional da planta. “Mesmo os produtos de origem animal e derivados não estão isentos de deficiência nutricional, pois são ingeridos em nosso organismo também na condição de carência em minerais”, assinalou.

Para obter o suprimento mínimo de nutrientes essenciais, continuou Luzia Toledo, o brasileiro teria que consumir, diariamente, um quilo de pão, 800 gramas de macarrão, 500 gramas de mandioca, 150 gramas de feijão e 200 gramas de arroz.

Maria do Carmo defende soluções adequadas à realidade brasileira

Antes de aprovar novas leis, o Senado deve buscar soluções adequadas à realidade nacional, opinou a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), ao fazer um balanço de seu trabalho na Casa. Com esse espírito, a senadora destaca seu desempenho na análise de projetos, contribuindo para aperfeiçoar a legislação. Além disso, ela apresentou em 1999 quatro projetos que considera fundamentais.

— Não estou preocupada em apresentar uma grande quantidade de projetos, pois não é por falta de leis que temos graves problemas no país. O importante é aprovarmos textos legais que possam dar segurança e jus-

Maria do Carmo quer uso da Internet em licitações públicas



tiça social ao maior número de pessoas possível — afirma.

Entre os projetos de lei de sua autoria, a senadora lista o que estabelece princípios para o desenvolvimento da caricultura (pesca do camarão em manguezais) e o que determina o uso da Internet nos procedimentos licitatórios, de forma a garantir maior celeridade e publicidade nas compras

feitas pelos governos.

— Procuo desempenhar meu mandato com seriedade, assiduidade e independência na defesa dos interesses nacionais e do bem-estar social, principalmente do povo de Sergipe. Vejo muitas frentes de atuação no Senado, como a importante missão fiscalizadora no trabalho das CPIs. O mais importante é procurar fazer o melhor possível, com dedicação aos eleitores, pois estamos aqui para representá-los — resume.

Mozarildo quer BNDES reduzindo desigualdades

Senador sugere que o banco, que aplica apenas um quarto dos recursos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seja utilizado para reduzir o fosso entre as regiões mais ricas e as mais pobres do país e estimular o desenvolvimento

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não investe mais que um quarto de seu orçamento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esse dado aponta, na opinião do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que o banco tem falhado no fomento do desenvolvimento das regiões mais pobres do país:

— O BNDES tem contribuído para alargar o fosso entre as regiões mais ricas e as mais pobres, na medida em que direciona seus investimentos para o Sudeste e o Sul. Pior ainda: a escassa destinação de recursos para as áreas menos desenvolvidas do país tem encolhido ainda mais nos últimos anos. É um absurdo que assim seja — declarou Mozarildo, da tribuna do Senado, na sexta-feira.

O senador quer que o governo federal utilize o BNDES, principal instrumento indutor de desenvolvimento pelo estado, para minorar o que ele considera uma profunda desigualdade

de regional existente no país:

— A existência de dois “brasis”, um com economia pujante e moderna, outro com o seu potencial ainda a explorar, representa uma seriíssima desarmonia, com potencial para colocar em risco a estabilidade federativa e as instituições políticas — alertou o senador.

Assim, Mozarildo quer que o BNDES seja, “urgentemente, colocado a serviço de um desenvolvimento mais equilibrado”. Para

que mais investimentos sejam feitos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o senador considera que o banco deve criar mecanismos que viabilizem mais

operações com pequenas e médias empresas, predominantes nessas regiões.

O senador Tião Viana (PT-AC), em aparte, apoiou as colocações de Mozarildo e pediu que o governo olhe com maior interesse para o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia, que pode receber investimentos do BNDES. Na opinião do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que também aparteu Mozarildo, deve ser formada uma comissão suprapartidária para lutar por uma divisão mais equi-

brada dos financiamentos do BNDES.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) solidarizou-se com o pronunciamento



Mozarildo: BNDES deve estar a serviço de um desenvolvimento mais equilibrado



Francelino: contente por compartilhar três boas notícias com os mineiros recentemente

Francelino elogia reunião da Sudene em Diamantina

A segunda reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no ano 2000 será realizada em 31 de março na cidade mineira de Diamantina, anunciou o senador Francelino Pereira (PFL-MG). Ele se disse emocionado com a notícia, lembrando que apresentou proposta neste sentido em reunião da Sudene realizada em 1998, em Almenara, com o argumento de que seria uma espécie de inauguração do ingresso de todo o Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Sudene.

O senador informou que a proposta foi formalizada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco, o que significa, segundo ele, que o encontro “contará com o inestimável apoio das autoridades estaduais e das lideranças políticas e empresariais da região e do estado”.

Francelino ressaltou que no espaço de dois anos já compartilha de três boas notícias com os mineiros. A primeira delas foi a sanção, em julho, da lei que incluiu os 33 municípios do Vale do Jequitinhonha, assim como os 21 municípios do norte do Espírito Santo, na área de atuação da Sudene. A segunda em dezembro, com a declaração de Diamantina como patrimônio cultural da humanidade. A reunião da Sudene será “mais um importante passo na abertura de novas perspectivas para toda a área mineira da Sudene”, concluiu Francelino.

O senador louvou ainda o empenho do prefeito de Diamantina, João Antunes, e do jornalista Américo Antunes, na realização dos “sonhos do Vale”.

Bezerra: governo deve rever critérios do FCO

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu que o governo federal reveja a política de distribuição de linhas de financiamentos, através do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Segundo o parlamentar, ao estabelecer a Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) mais 6% ao ano, para os empréstimos, o governo inviabiliza a produção do setor agrícola da região. O pronunciamento do senador foi feito antes do anúncio, na sexta-feira, da intenção do governo de reduzir os juros dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De acordo com o senador, faltam tomadores para os créditos. Carlos Bezerra acrescentou que, em vez de se constituir em “fonte de esperança” para produtores rurais, o fundo tem sido “causa de aflição e desconfian-

ça”.

Bezerra informou que o diretor de Crédito Rural e Negócios do Banco do Brasil, Ricardo Conceição, admitiu, em entrevista ao jornal *Correio Brasileiro*, que as altas taxas cobradas pelo FCO estão “assustando os mutuários”. O diretor do BB, de acordo com o senador pelo Mato Grosso, defende uma definição urgente com relação aos encargos cobrados nos financiamentos, para que o programa possa ser preservado:

— Os tomadores estão assustados, estão se retraindo, e com razão, pois a experiência sofrida por milhares deles, em passado recente, é que esse endividamento leva à inadimplência, a prejuízos, à perda irrecuperável de patrimônio — frisou o senador.

Bezerra disse que, por falta de pro-

dutores que possam se candidatar aos empréstimos, o fundo deixou de aplicar R\$ 127 milhões do total de R\$ 300 milhões disponíveis para financiamentos no ano passado. Ele acrescentou que estão previstos para este ano recursos de quase R\$ 1 bilhão, mas tem dúvidas quanto à existência de candidatos:

— Sabemos como os países ricos apóiam e subsidiam sua agricultura. A produção no Centro-Oeste, sua agropecuária, sua indústria nem precisam de tanto. Não queremos juros negativos; tudo que necessitamos é não sermos submetidos às taxas de juros escorchantes que imperam na economia brasileira. No caso do FCO, o que está faltando é uma reorientação em suas modalidades de operação que permita que ele se alinhe às intenções



Para Carlos Bezerra, “tomadores de empréstimos estão assustados, e com razão”

do comando constitucional que o concebeu e às diretrizes da lei que o regulamentou — afirmou.

Camata propõe modificar cobrança de pedágio dos caminhões nas rodovias

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto que pretende estabelecer a cobrança de pedágio nas rodovias brasileiras baseada na tonelagem pura do chassi dos veículos, acrescida de sua carga, quando houver. Na justificativa da matéria, o senador lembra que atualmente os transportadores de carga pagam o mesmo pedágio, quer estejam transportando uma carga de 40 toneladas ou trafegando com os caminhões vazios.

Pela proposta, o governo federal fixará os valores, fracionados de meia em meia tonelada, para cobrança pelos postos de pedágio autorizados. Os veículos novos terão seus pesos (taras) estabelecidos e grafados pelos seus fabricantes ou montadores. No caso dos usados, a tarefa ficará a cargo dos Detrans ou credenciados.

O projeto de Camata estabelece, ainda, que competirá aos postos de pesagem nas rodovias verificar o peso da carga

transportada pelos caminhões e ônibus, assim como emitir o bilhete comprobatório do peso, que servirá para cobrança de pedágio naquele trecho, ou, se solicitado, até o destino final, caso a nota fiscal contenha o endereço da entrega. O bilhete emitido pelo posto como comprovante de peso é de fé pública, e será aceito em todos os postos de arrecadação que não possuam balança própria. A matéria foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.



Camata: caminhões hoje pagam o mesmo pedágio se estiverem com ou sem carga